

Transformar o poder: um estudo sobre a questão da biopolítica em Foucault e Negri

Pedro Fornaciari Grabois¹

Resumo

O artigo procura conceituar a questão da biopolítica em Foucault e Negri e apresenta a distinção entre biopoder e biopolítica como chave de inteligibilidade da questão da constituição de si como forma de resistência. Outra questão que entra em jogo no estudo proposto é a da possibilidade de transformação das relações de poder a partir da resistência, que lhes é anterior.

Palavras-chave: Biopoder. Biopolítica. Poder. Resistência

Résumé

Cet article cherche à conceptualiser la question de la biopolitique en Foucault et Negri et présente la distinction entre biopouvoir et biopolitique como clé d'intelligibilité de la question de la constitution de soi como forme de résistance. Autre question qui entre en jeu dans l'étude proposée c'est celle de la possibilité de transformation des relations de pouvoir a partir de la résistance, qui leur est antérieur.

Mot-clés: Biopouvoir. Biopolitique. Pouvoir. Résistance

Um texto, para mim, é apenas uma pequena engrenagem numa prática extratextual.
Deleuze

Introdução

Pensar a possibilidade de transformar o poder passa também por uma transformação na forma de concebê-lo. O poder aqui não se refere a uma entidade, substância ou propriedade e não deve ser analisado como sendo da ordem de uma representação monárquica do poder soberano, ou da lei, ou de uma unidade global de dominação.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: pedrograbois@gmail.com.

Em *Vigiar e Punir* (1975), Foucault já afirmava que o exercício do poder “não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que ‘não têm’; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles” (FOUCAULT, 2009, p. 30). Na ocasião, ele apontou como o estudo de toda uma microfísica do poder supõe que “o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos”. Seu modelo de exercício é “antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio”. Trata-se de um poder que não se possui, que “não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas” (FOUCAULT, 2009, p. 29).

Uma vez explanada, a título de introdução, a noção de poder em Foucault, que também é basilar para Negri, damos seguimento a este breve estudo da seguinte maneira: em primeiro lugar, apresentamos, de forma bastante sintética, a noção de biopolítica em Foucault; em segundo, apresentamos, em dois tópicos, o modo pelo qual Negri discute a questão da biopolítica em sua oposição ao biopoder, mostrando o nítido deslocamento de um autor em relação ao outro; e por fim, apresentamos a hipótese negriana sobre o primado da resistência em relação ao poder.

O texto que se segue, assim dividido, procura fornecer ferramentas conceituais para a compreensão e possível intervenção em lutas sociais e políticas da atualidade.

A biopolítica em Foucault

O problema da biopolítica no pensamento de Foucault não é fácil de ser abordado, pois assume diferentes contornos a cada vez que o filósofo o aborda, não é “apresentado de uma vez por todas, desenvolvido e acabado, num único momento ou numa mesma obra, mas vai ganhando visibilidade e assumindo maior complexidade num percurso que poder ser mais ou menos situado na *démarche* de Foucault” (GADELHA, 2009, p. 81-82). Sobre as aparições da noção de biopolítica em Foucault, Gadelha (2009, p. 81) resume:

Esse tortuoso processo se dá em meio a pesquisas fragmentárias que, ora em paralelo, ora cruzando-se entre si e apoiando-se e prolongando-se umas nas outras, investigam as mútuas implicações entre a sexualidade, o controle do corpo-organismo e o controle do corpo-espécie-população; as relações entre norma, disciplina e biopolítica, bem como as relações entre todos esses fatores e a arte de governar, particularmente no âmbito do liberalismo e do neoliberalismo (biopoderes, controle, tecnologias do eu, etc.).

Em *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976), Foucault escreve sobre um “poder sobre a vida” que teria se desenvolvido a partir do século XVII, abrindo “a era de um bio-poder”. As disciplinas do corpo (“anátomo-política” do corpo humano) e as regulamentações da população (“bio-política” da população) teriam constituído os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização deste poder exercido sobre a vida. Este bio-poder teria se constituído enquanto

elemento indispensável ao desenvolvimento do *capitalismo*, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos *fenômenos de população* aos processos econômicos (FOUCAULT, 1988, p. 132, grifos nossos).

Tratar-se-ia de um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida e que necessita de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos, não mais um *fazer morrer*, mas um *fazer viver*, no sentido de uma distribuição dos vivos em um domínio de valor e utilidade, tendo por objetivo qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, melhorar ou majorar a vida (FOUCAULT, 1988, p. 135) ².

Foucault afirma que “deveríamos falar de ‘bio-política’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos” (FOUCAULT, 1988, p. 134). A biopolítica marca, assim, o limiar biológico da modernidade e pode ser compreendida como uma “resposta política ao aparecimento, no século XIX, desse novo objeto de conhecimento – a vida do homem como espécie”

² No século XIX, o direito do soberano de matar e de deixar viver não é exatamente substituído e nem mesmo desaparece, mas passa a ser atravessado por um poder exatamente inverso, o de “fazer viver” e de “deixar morrer”. Para tratar da permanência do “direito de dar a morte” nas sociedades contemporâneas, Foucault lança mão da noção de “racismo de Estado” que remete a um mecanismo de poder que opera uma separação no interior de uma população, distinguindo entre “aqueles que devem viver” e “aqueles que devem morrer”. Todo um estudo mais aprofundado é necessário para pensar estes apontamentos de Foucault e sua pertinência para compreender o fenômeno do racismo no Brasil e no mundo contemporâneo. Para uma breve aproximação da questão, Cf. NOGUERA, DA SILVA, 2011.

(PORTOCARRERO, 2008, p. 420). Naquilo que Foucault chamou de “era do biopoder”, os mecanismos disciplinares do corpo continuam atuantes, mas conjugados a toda uma série de mecanismos de controle da população:

Dizer que o poder, no século XIX, [...] incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 1999, p. 300).

Uma série de autores, dentre eles Rabinow e Rose (2006), argumenta que não se pode esquecer que a conceituação foucaultiana de biopolítica é historicamente bastante precisa e delimitada: refere-se à emergência da população como problema político e aos fenômenos ligados à saúde coletiva de um corpo populacional no contexto da formação das grandes cidades na Europa do século XVIII e XIX. Com efeito, a primeira vez que Foucault faz menção à questão da biopolítica é em 1974 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na conferência *O nascimento da medicina social*, onde ele afirma que “o corpo é uma realidade bio-política e que “a medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 2004, p. 80)

Concordamos com Rabinow e Rose (2006) sobre a atenção necessária a esta delimitação histórica de Foucault, no entanto, discordamos que perspectivas que ampliam a abrangência das noções de biopoder e biopolítica caiam num vazio analítico. Segundo esses autores, em Negri, uma noção como a biopoder é capaz de descrever tudo e, ao mesmo tempo, de não analisar nada (RABINOW; ROSE, 2006, p. 31). Neste artigo, não nos pautamos por essa crítica, mas procuramos explorar a perspectiva negriana em seus próprios termos.

A seguir, veremos como Negri, em parceria com Michael Hardt, se apropria da elaboração foucaultiana de biopolítica e na sequência apresentaremos a distinção elaborada por Negri entre biopoder e biopolítica e suas consequências para uma compreensão dos processos de resistência e subjetivação nas lutas sociais e políticas.

A produção biopolítica

No livro *Império* (2000), Antonio Negri e Michael Hardt retomam o pensamento de Foucault para tratar da *produção biopolítica* nas sociedades contemporâneas. Os autores defendem que a obra de Foucault, junto com a de Deleuze, permite o reconhecimento da transição histórica de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle. Sobre essa “transição”, com efeito, Deleuze (1992, p. 220, grifo do autor) é explícito: “são as *sociedades de controle* que estão substituindo as sociedades disciplinares”, “formas ultra-rápidas de controle ao ar livre” “estão substituindo as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado”.

Por sociedade disciplinar, Hardt e Negri (2010, p. 42) compreendem aquela “na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas”. A sociedade de controle, em contraposição à sociedade disciplinar é definida como aquela sociedade “na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 42). A sociedade de controle é, assim, caracterizada por:

uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade que animam internamente nossas práticas diárias comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes (HARDT; NEGRI, 2010, p. 42).

Os autores de *Império* frisam que “a obra de Foucault permite reconhecer a natureza *biopolítica*” do novo paradigma de poder. Lançam mão, então, da noção de *biopoder*, para falar de uma forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e rearticulando-a. O biopoder é, para os autores, um poder que adquire comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função vital, abraçada e reativada pela própria vontade de todos os indivíduos. Esse poder tem por função mais elevada e tarefa primordial, envolver a vida totalmente e administrá-la. O que está diretamente em jogo no biopoder é a produção e a reprodução da própria vida (HARDT; NEGRI, 2010, p. 43).

Para Hardt e Negri, só a sociedade de controle está apta a adotar o contexto biopolítico como terreno exclusivo de referência e pode ser reconhecida como o reino do biopoder. Para eles, a disciplinarização da sociedade, embora tenha fixado os indivíduos dentro de instituições, não teria tido êxito em consumi-los completamente no ritmo das práticas e da socialização produtivas, isto é, não teria conseguido permear inteiramente suas consciências e corpos, a ponto de organizá-los na totalidade de suas atividades. Haveria, então, na sociedade disciplinar: uma relação estável entre poder e indivíduo, e uma correspondência entre a invasão disciplinar e a resistência do indivíduo (HARDT; NEGRI, 2010, p. 43). Nesta perspectiva, a disciplina como tecnologia política seria já uma resposta às resistências dos indivíduos. Estas forças de resistência seriam primeiras; e o poder disciplinar teria se formulado na tentativa de submetê-las. No processo de transformação do poder em algo inteiramente biopolítico, todo o corpo social teria sido abarcado pela máquina do poder e desenvolvido em suas virtualidades, numa relação caracterizada como aberta, qualitativa e expressiva. Os autores defendem que neste momento, a resistência já não é apenas do indivíduo, mas da sociedade como um todo: “a sociedade, agrupada dentro de um poder que vai até os gânglios da estrutura social e seus processos de desenvolvimento, reage como um só corpo”, as resistências deixam de ser marginais para tornarem-se ativas no centro de uma sociedade que se abre em redes (HARDT; NEGRI, 2010, p. 43).

Para os autores, o contexto biopolítico do novo paradigma de governo mundial é indispensável à análise política, sendo ele responsável por apresentar o poder como alternativa, não apenas “entre obediência e desobediência, ou entre participação política formal e recusa, mas também em toda a esfera da vida e da morte, da fartura e da pobreza, da produção e da reprodução social” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 45). Fazendo referência ao pensamento de Foucault, eles enfatizam o aspecto produtivo do biopoder e retomam a conferência de 1974 sobre o nascimento da medicina social, à qual fizemos menção acima, para reafirmar que o controle da sociedade sobre os indivíduos não opera apenas através da consciência ou da ideologia, mas no corpo e com o corpo e que, na sociedade capitalista, a produção da vida está ligada ao aspecto biológico, somático, físico dos indivíduos e das populações.

Biopolítica versus biopoder

Vimos até como Foucault apresenta a questão da biopolítica e como Negri em parceria com Hardt se apropria dessa discussão para uma análise política da atualidade. Agora, gostaríamos de apresentar uma distinção mais nítida entre as noções de biopoder e biopolítica, seguindo a linha interpretativa até certo ponto inaugurada por Negri, entendendo que esta distinção é chave de inteligibilidade para se pensar a questão das novas formas de constituição de si como forma de resistência política nas atuais lutas que atravessam o capitalismo. Recorremos também à conceituação de biopolítica realizada por Negri por considerá-la bastante interessante para uma compreensão da articulação entre ética e política proposta por Foucault³. Para Revel (2005, p. 28),

o tema da biopolítica seria fundamental para a reformulação ética da relação com o político que caracteriza as últimas análises de Foucault; mais ainda: a biopolítica representaria exatamente o momento de passagem do político ao ético.

Ao abordar a questão do biopoder em *A Vontade de Saber*, o próprio Foucault defende que não se trata de um poder que integre a vida exaustivamente “em técnicas que a dominem e gerem”; para ele, ao contrário, a vida “escapa continuamente” a estes mecanismos de poder. É justamente sobre essa vida que escapa continuamente que as novas lutas sociais teriam se fundado: “E contra esse poder ainda novo no século XIX, as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre que ele investe – isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo.” (FOUCAULT, 1988, p. 136). É possível ver aqui uma distinção entre um poder que tenta investir sobre a vida e uma resistência que se apoia na vida para resistir ao poder⁴.

Já para Negri, a relação entre política, ética e possibilidade de resistências criadoras de novas formas de subjetivação se fundamentaria num duplo valor atribuído à noção de biopolítica, que pode ser apontado, em linhas gerais, como: por um lado, o poder sobre a vida (o biopoder ou os biopoderes), e, por outro lado, as potências da vida (a biopolítica propriamente dita). Para pensar a possibilidade da resistência e sua

³ Desenvolvemos e aprofundamos a questão específica da articulação entre ética e política no pensamento de Foucault em outro artigo, sem, no entanto, tratar da questão da biopolítica, Cf. GRABOIS, 2013.

⁴ Em outro artigo, discutimos a relação entre poder e resistência no pensamento de Michel Foucault, a partir das noções de revolução, contracondutas, lutas e sublevações, Cf. GRABOIS, 2011.

primazia em relação ao poder, os autores ligados a Negri reivindicam uma nítida distinção, e mesmo uma oposição, entre biopoder e biopolítica.

Em seu artigo *Le tournant biopolitique de la pensée de Michel Foucault*, Negri afirma que a reflexão biopolítica de Foucault não começa nos cursos do *Collège de France* do final dos anos 1970 – como, por exemplo, no *Nascimento da Biopolítica* (1979) –, mas que esta questão já estaria presente de forma explícita no livro *Vigiar e Punir* (1975), chegando a constituir uma chave de leitura essencial do mesmo. Negri defende que, já no livro de 1975, estaria presente a “intuição fundamental do duplo valor da noção de biopolítica”, isto é, por um lado, “uma biopolítica compreendida como conjunto de bio-poderes locais”, “como nova tipologia das relações de poder que se aplicam à vida”, e por outro lado, “uma biopolítica compreendida como expressão da potência da vida face aos poderes, como política da resistência, do outro” (NEGRI, 2009, p. 251).

Como se pode ver, Negri atribui ao próprio pensamento de Foucault esta dupla significação do termo “biopolítica”. Ao ler diferentes comentadores de Foucault ou pensadores que utilizam os termos biopoder e biopolítica, é possível perceber que há bastante controvérsia acerca desta distinção entre uma noção e outra: alguns seguem Negri em suas explanações enquanto outros divergem dele radicalmente. Sem nos determos aqui nas possíveis críticas feitas à perspectiva de Negri, seguimos com explorando a distinção por ele proposta. Em seu artigo supracitado, encontram-se alguns apontamentos sobre essa forma específica de interpretar a noção foucaultiana de biopolítica.

Para Negri, existe um determinado número de autores – aos quais ele mesmo se diz vinculado – que defendem a seguinte hipótese: esta biopolítica enquanto política da potência seria o elemento essencial de uma redefinição do militantismo ou de uma “política das multidões” (ou “da multidão”). Segundo Negri, o que Foucault chamou de “resistência” nos anos 1970 é “a potência de uma *outra* política possível”, isto é, o espaço possível: de novas subjetividades, de novas práticas, de novas estratégias, de novas modalidades de agregação, de novos agenciamentos. Trata-se também de uma nova relação ao poder que se contesta, não mais externa, dialética, apenas defensiva e reprodutora do que ela mesma combate, mas interna e verdadeiramente conflitual, inovadora e criadora de uma diferença verdadeira (NEGRI, 2009, p. 252).

Negri resume o problema do duplo valor da noção de biopolítica da seguinte forma: manter indistintas as noções de biopoderes e de biopolítica implica em não haver, aparentemente, resistência possível à captura da vida e à sua gestão normativa, isto é, em não haver contra-poder possível, a não ser reproduzindo às avessas aquilo de que se quer ver livre. Para Negri, dissociar os biopoderes da biopolítica é fundamental para não cair numa leitura “liberal” de Foucault ou numa lógica de organização da vida que não seria a dos trabalhadores, mas a do patronato. A distinção entre biopoderes de biopolítica faz desta última uma afirmação da potência da vida *contra* o poder sobre a vida, fazendo da vida mesma o lugar de criação de uma nova subjetividade que se daria também como momento de “desassujeitamento” (NEGRI, 2009, p. 256).

Nesta leitura da obra de Foucault, a resistência como criação de novas formas de subjetivação localiza-se na vida, isto é, na produção de afetos e de linguagens, na cooperação social, nos corpos e desejos, na invenção de novas formas de relação consigo mesmo e com outros. Apesar de atribuir esta distinção ao próprio Foucault e, ao mesmo tempo, reconhecer-se parte de uma linha interpretativa responsável por este tratamento da noção de biopolítica, Negri chega a concordar que esta oposição entre *poder* e *potência* poderia ser mais herança de um Spinoza do que de um Foucault. Sem resolver a questão, ele conclui seu artigo sobre a “virada biopolítica” de Foucault⁵.

Vemos assim de que modo essa distinção proposta por Negri entre biopoder e biopolítica pretende contribuir para a crítica da articulação entre ética e política e para a análise do papel das práticas de subjetivação na constituição de formas de resistência ao poder instituído. Compreendemos, portanto, que, a distinção entre biopoder e biopolítica se apresenta em Negri como chave de inteligibilidade da questão da constituição de si como forma de resistência. Longe de tentar minimizar os efeitos concretos e visíveis do exercício violento do poder, tais como, coações, desaparecimentos, torturas e assassinatos – técnicas recorrentes contra aqueles e aquelas que se levantam contra sistemas hegemônicos de poderes locais e globais –, entendemos que outros aspectos do exercício do poder também devem ser levados em consideração.

⁵ Para explorarmos um pouco mais e compreendermos melhor esta distinção de Antonio Negri entre poder e potência, caberia uma explanação baseada no seu famoso livro *A anomalia selvagem: potência e poder em Spinoza* (1981), caminho que não seguimos aqui, pois extrapola a delimitação do objeto deste trabalho.

Trata-se aqui de pensar a possibilidade de resistir e de transformar as formas insidiosas, discretas e sutis de exercício de um poder que tem uma economia de visibilidade peculiar que a todo instante tenta capturar e dobrar todos os efeitos de contrapoder. Pensar o poder como *relação* e não mais exatamente como algo que se possui e que precisa ser tomado – contribuição fundamental de Foucault que evocamos na abertura deste artigo – é de fundamental importância para a compreensão daquilo que poderia significar a anterioridade da resistência em relação ao poder.

O primado da resistência

Analisando as sociedades atuais – apontadas como sociedades pós-industriais e pós-fordistas –, Negri e Lazzarato situam as transformações do trabalho⁶ no contexto das lutas da atualidade. Para eles, em torno de maio de 1968 acontece um “verdadeiro deslocamento epistemológico” que afeta as relações entre sujeitos e poderes: a “definição da relação com o poder é subordinada à ‘constituição de si’ como sujeito social” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 33).

Os movimentos dos estudantes e os das mulheres, importantes no período emblemático de maio de 1968, atuam como focos de resistência e de revolta múltiplos, heterogêneos e transversais em relação à organização do trabalho e às divisões sociais. Neste sentido, estes movimentos são característicos de “uma relação política que parece evitar o problema do poder” e “não têm necessidade de passar pelo trabalho” e, por isso mesmo, não têm necessidade de passar pelo político⁷ (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 33-34). Os autores apontam, assim, como a permanência do movimento de Maio de

⁶ Para os autores italianos, as transformações do trabalho nestas sociedades apontam para um operário que apresentará cada vez mais e em diferentes níveis: capacidade de escolher, responsabilidade de tomar certas decisões, capacidade de operar a interface entre diversas funções, diferentes equipes e entre diferentes níveis de hierarquia também. É a alma do operário que deve descer na oficina: sua personalidade, sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. A reorganização do trabalho em torno de sua *imaterialidade*, implicando novo investimento da subjetividade, é, por eles, apontada como processo irreversível.

⁷ No sentido tradicional marxiano conferido ao termo pelos autores, “político” é “aquilo que nos separa do Estado”.

1968 até o fim da década de 1970 na Itália influenciou na ruptura, conduzida pela tradição do *operaismo*⁸, com todas as interpretações dialéticas do processo revolucionário.

Seguindo essa perspectiva não mais dialética da revolução, Negri e Lazzarato invocam o pensamento de Foucault como contribuição ao estudo das transformações das lutas da atualidade que eram também lutas em torno do trabalho, apontando no pensador francês seu distanciamento em relação a Marx e à interpretação economicista do trabalho⁹.

Os autores italianos salientam no pensamento foucaultiano a “descoberta” da “relação a si” enquanto dimensão distinta das relações de poder e de saber. Esta “relação a si” é, por eles, interpretada como indicativa da “intelectualidade de massa”, que se constitui como processo de subjetivação autônoma e que não tem necessidade de passar pela organização do trabalho para impor sua força. Agregando ainda a contribuição de Deleuze para pensar o problema da subjetivação na sociedade capitalista, os autores apontam que a subjetividade, na medida em que é elemento de indeterminação absoluta, torna-se elemento de potencialidade absoluta. Eles frisam o caráter não mais determinante da intervenção do empreendedor capitalista: o processo de produção de subjetividade passa a se constituir na própria subjetivação do trabalho, isto é, “fora” da relação de capital. Um elemento interessante que merece ser explicitado e que está presente na elaboração conceitual dos autores é o fato de que todo processo de produção passa a ser também e antes de tudo processo de produção de subjetividade. Como eles costumam salientar em diversos escritos: trata-se de formas de vida que criam outras formas de vida.

⁸ O *operaismo* foi uma corrente de pensamento e militância neomarxista e crítica que se desenvolveu na Itália desde o final da década de 1950 até meados da década de 1970, sendo Negri um dos seus principais articuladores. O *operaismo* italiano estava intimamente ligado à luta operária do país e não se confunde com a experiência de outros países, como o *ouvrierisme* francês.

⁹ Embora evoquem o pensamento marxiano frequentemente e continuem a falar em “contradição” e em “antagonismo”, os autores defendem uma perspectiva não mais dialética das lutas e transformações sociais do trabalho. Procuram antes compreender as lutas como “alternativa”: “quando dizemos que essa nova força de trabalho não pode ser definida no interior de uma relação dialética, queremos dizer que a relação que esta tem com o capital não é somente antagonista, ela está além do antagonismo, ela é alternativa, constituinte de uma realidade diferente. O antagonismo se apresenta sobre a forma de um poder constituinte que se revela alternativo às formas de poder existentes” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 36).

A análise de Lazzarato e Negri aponta ainda a coincidência entre um ciclo de lutas e o aparecimento do modelo pós-fordista¹⁰. Este ciclo de lutas operárias apresenta duas características principais: 1) a organização subjetiva da luta é um pressuposto, e não um resultado, da luta; 2) todos os lugares institucionais (incluindo os sindicatos) são considerados, ao mesmo tempo, como adversários e como lugares de comunicação. Estas modificações nas lutas sociais apontam para uma recusa política na qual as manipulações sindicais e políticas são rejeitadas, sem que se deixe de utilizar seus circuitos. Esta recusa da parte dos novos movimentos exprime uma profunda desconfiança com respeito à capacidade de representação dos sindicatos e partidos, com respeito ao lugar tradicional atribuído ao político. Os novos movimentos reivindicam para si o estatuto de “lugares de redefinição do poder”. Na perspectiva de Negri e Lazzarato, estas transformações das lutas sociais e políticas apontam para a constituição de um sujeito político em torno do trabalho imaterial e de uma possível recomposição de classe, na qual o próprio conceito de revolução se modifica¹¹. Este novo tipo de trabalho, que tende a tornar-se hegemônico, é, por eles, apontado como revolucionário e constituinte¹².

Assim como Foucault, Lazzarato e Negri concebem o poder como a capacidade de os sujeitos livres e independentes intervirem sobre a ação de outros sujeitos livres e independentes, e defendem que as noções de “trabalho imaterial” e “intelectualidade de massa” ligam-se não somente a uma nova qualidade do trabalho e do prazer, mas também a novas relações de poder e novos processos de subjetivação.

Promover novas formas de subjetivação através do governo de si por si mesmo: é esse o caminho de resistência apontado por Foucault. Este caminho, indicado por Foucault e redimensionado por Negri e Lazzarato, entre outros, remete a uma questão que Deleuze aponta como sendo a do primado da resistência.

¹⁰ Para os autores, as lutas são geradoras de outras formas de poder e de controle. O poder precisa se modificar, se adaptar para lidar com as novas formas de resistência que aparecem.

¹¹ A revolução mantém sua característica de ruptura radical, mas subordina-se às novas formas de subjetivação dos indivíduos e grupos.

¹² O conceito de “poder constituinte” evocado pelos autores não pressupõe mais uma “transição” ou uma relação contínua (mesmo se de oposição) entre formas de produção de diferentes sujeitos antagonistas. O “poder constituinte” já não necessita dos dados da relação capitalista, mas rompe radicalmente com esta. Esta alternativa – que os autores entendem ser não da ordem do poder, mas da “potência” – não se determina mais a partir do trabalho assalariado, mas da sua dissolução, e sobre a base das figuras do “não-trabalho”. O que interessa aos autores nos processos sociais de contestação não são as “contradições” entre trabalhadores e patrões, mas aqueles processos de subjetivação alternativa, que remetem à organização independente dos trabalhadores.

Em seu livro sobre Foucault, Deleuze aponta no pensamento foucaultiano um eco das teses do pensador operáista italiano Mario Tronti para o qual a resistência trabalhadora teria primado sobre a estratégia do capital. Deleuze (2005, p. 101) afirma que, para Foucault, “os centros difusos de poder não existem sem pontos de resistência que têm de alguma forma o primado” e lembra que “o poder, ao tomar como objetivo a vida, revela, suscita uma vida que resiste ao poder”.

Seguindo na esteira deleuziana, Giuseppe Cocco defende que o duplo valor da noção de biopolítica permite reconhecer a possibilidade de resistência e a primazia da vida sobre o poder que tenta capturá-la. Segundo Cocco, a biopolítica em Foucault indica

um horizonte duplamente diferente: por um lado, a emergência de uma biopolítica não implica algum recuo da política, mas o recuo de um tipo de difusão da política, de propagação por contágio, como se houvesse um vírus da política. Não sendo assim, tudo – toda a vida, a vida das populações – se torna político! Ao mesmo tempo, o deslocamento que Foucault propõe indica um horizonte completamente aberto: se o poder investe a vida (biopoder), isso acontece porque a vida se constitui como potência, como processo de libertação (biopolítica) (COCCO, 2009, p. 124).

Ainda segundo Cocco, “Foucault assume e afirma a resistência, a vontade de viver (biopolítica), como algo que existe antes de a vontade de viver ser capturada pelo poder (biopoder)” (COCCO, 2009, p. 124). Para Cocco, por um lado, o poder precisa da vida, de sua potência e, por outro lado, por mais paradoxal que pareça, a resistência ao poder é primeira e não precisa do poder. A dinâmica da resistência não tem a ver com a negação, mas com a afirmação de sua potência (COCCO, 2009, p. 124-125).

Numa interessante menção a Marx, Hardt e Negri escrevem, em *Multidão* (2004), considerações elucidativas sobre a primazia da resistência:

embora a exposição de Marx comece pelo capital, sua investigação deve começar pelo trabalho e estar constantemente reconhecendo que na realidade o trabalho é que é primordial. O mesmo se aplica à *resistência*. Ainda que o emprego comum da palavra sugira o contrário – que a resistência é uma resposta ou reação –, a *resistência é primordial em matéria de poder*. Este princípio faculta-nos uma perspectiva diferente sobre o desenvolvimento dos conflitos modernos e o surgimento de nossa atual guerra global permanente. O reconhecimento da primazia da resistência permite-nos enxergar essa história de baixo e esclarece as alternativas que são possíveis hoje (HARDT; NEGRI, 2005, p. 98).

Para os autores de *Império* e de *Multidão*, afirmar junto com Foucault que a resistência é capaz de mudar as relações de poder é também defender que as qualidades e características do que se chama de “produção imaterial” tendem a transformar as outras formas de trabalho e mesmo a sociedade como um todo (HARDT; NEGRI, 2005, p. 102).

Para Lazzarato, o biopoder coordena e finaliza uma potência que não lhe pertence propriamente, uma potência que vem do “fora”; “o biopoder nasce sempre de outra coisa que ele mesmo” (LAZZARATO, 2000, p. 49). Também atribuindo ao próprio pensamento de Foucault a perspectiva segundo a qual a resistência é primeira em relação ao poder, Lazzarato cita uma passagem dos *Dits et Écrits*, que reproduzimos abaixo:

A resistência vem então em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo; ela obriga, sob seu efeito, as relações de poder a se transformarem. Eu considero o termo “resistência” o mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica (FOUCAULT, 2001, p. 1560).

Parece-nos, portanto, que as próprias formulações de Foucault apontam a possibilidade de conceber os focos de resistência aos poderes instituídos no jogo de relações de forças como elementos que não consistem apenas numa reação ou numa recusa ao que o poder dita. Não se trata apenas de um dizer não, mas também, e sobretudo, da capacidade de criação política. Esta criação implica na modificação das relações de poder, da forma como o poder se exerce, isto é, implica na transformação das práticas de governar os outros e a si mesmo.

As perspectivas defendidas por Foucault e por Negri sobre as lutas, a resistência e o exercício do poder em sua modalidade biopolítica são possibilitadas por análises históricas de acontecimentos do passado e por atravessamentos físicos e pessoais de eventos de seu próprio presente. É sempre no contexto das lutas e do exercício concreto do poder que tais análises são elaboradas. Foucault e Negri estão longe, portanto, de uma leitura essencialista ou anistórica da resistência e da vida.

Conclusões

Nas perspectivas mobilizadas por Foucault, Negri e o conjunto de autores a eles vinculados, é nítida a importância das práticas de resistência ao poder, sobretudo em sua conexão com práticas que envolvem uma reflexão e um labor em torno das formas de subjetivação. É neste campo de lutas que se dão as possíveis articulações entre ética e política.

Como afirmamos, as práticas de resistência se relacionam com o poder não como algo a ser tomado, posto que não é uma propriedade, mas como algo a ser transformado, posto que se trata sempre de *relações* de poder, relações transformáveis, reversíveis, móveis e estratégicas.

A chave para a transformação das relações de poder, a chave para resistir ao poder, reside nos diferentes modos de subjetivação, nas diferentes *relações de poder de si a si* que os indivíduos e grupos são capazes de elaborar. Não só as práticas de governo instituídas são estratégicas, mas também as formas de resistir e os modos de subjetivação pelos quais essa resistência passa são estratégicos.

Com a mobilização que Negri e outros fazem da questão da biopolítica em Foucault – atribuindo-lhe um duplo valor que opõe, de um lado, o poder sobre a vida, o biopoder, e, de outro lado, a potência da vida, a biopolítica propriamente dita – torna-se possível conceber não apenas a possibilidade de resistência política, mas também sua primazia em relação ao poder e a transformação deste pelas práticas de resistência.

Referências bibliográficas

COCCO, G. M. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DELEUZE, G. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits II. (1976-1988)*. DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). Paris: Gallimard, 2001.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 19 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p 79-98.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GRABOIS, P. F. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. *Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP)*, v. 19, p. 7-27, 2011.

GRABOIS, P. F. Práticas éticas de subjetivação e resistência política em Michel Foucault. *ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 3, p. 72-87, 2013.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, M. “Du biopouvoir à la biopolitique”, *Multitudes* 2000/1, n° 1, p. 45-57.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. Trabalho imaterial e subjetividade. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Trad. Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 25-41.

NEGRI, A. *Le tournant biopolitique de la pensée de Michel Foucault*. In: CASCAIS, A. et al. (eds.). *Lei, segurança e disciplina – trinta anos depois de Vigiar e Punir de Michel Foucault*. Lisboa: CFCUL, 2009, p. 249-256.

NEGRI, A. *L'anomalie sauvage: puissance et pouvoir chez Spinoza*. Paris: PUF, 1982.

NOGUERA, R.; DA SILVA, Carla Cristina Campos. “Racismo e biopoder: um caso no Rio de Janeiro contemporâneo”. *NGUZU*, Londrina, n.1, p. 22-27, 2011.

PORTOCARRERO, V. *Os limites da vida: da biopolítica ao cuidado de si*. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. et al. (orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 419-430.

RABINOW, P.; ROSE, N. *O conceito de biopoder hoje*. *Política & Trabalho*, n. 24, p. 27-57, abr/2006.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.